

III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUCRS 2020

GÊNERO E RAÇA NA REPRESENTAÇÃO PROGRAMÁTICA: OS CASOS DO BRASIL E ARGENTINA

Yasmim Carina Bastos Ribas¹

Giorgia Galvan Moreira²

Augusto Neftali Corte de Oliveira³

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como interesse o fenômeno da representação política no presidencialismo da América Latina a partir de uma perspectiva programática. O foco se estabelece na análise de conteúdo dos programas de governo apresentados nas eleições presidenciais, mais especificamente os casos do Brasil e da Argentina. Partindo de esforços de pesquisa anteriores que examinaram variáveis econômicas (Oliveira, 2015), busca-se analisar variáveis identitárias. Sendo assim, investiga-se a presença das categorias de gênero e raça nos programas de governo dos candidatos no último ciclo das eleições brasileiras e argentinas.

Em sua dimensão analítica, este artigo parte de uma revisão da teoria de Nancy Fraser (2007). A autora, ao pensar desigualdades de gênero no meio social e político, compreende que elas não são apenas materiais, mas também culturais, fatores que se reforçam mutuamente. Desse modo, entende que pensar resoluções para solucionar apenas um dos pilares de um problema de gênero que é estrutural, não comprometeria a sustentação do problema em si. A distinção que Fraser faz das abordagens sobre a desigualdade de gênero (redistribuição, reconhecimento, representação) são recolocadas para pensar a questão das desigualdades de raça ou etnicidade dos programas de governo dos candidatos à Presidência analisados.

Em seu desenvolvimento, o artigo analisa os programas de governo de dois candidatos nas eleições presidenciais do Brasil de 2018 (Bolsonaro e Haddad) e de dois candidatos nas eleições presidenciais da Argentina de 2019 (Macri e Fernandes). Os procedimentos de

¹ Graduanda em Ciências Sociais e Letras, bolsista do PIBIC/CNPq/PUCRS nos anos 2018 e 2019. E-mail: yasmim.ribas@acad.pucrs.br

² Graduanda em Ciências Sociais, bolsista do BPA/PUCRS nos anos 2019 e 2020. E-mail: giorgia.moreira@acad.pucrs.br

³ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Escola de Humanidades, PUCRS. E-mail: ancolive@gmail.com

III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUCRS 2020

análise de conteúdo são elencados e, como resultado da pesquisa, revela-se como cada programa de governo internalizou (ou desconsiderou) as questões identitárias de gênero e raça. Em conclusão, realiza-se uma interpretação sobre como as questões identitárias adentram no debate político institucionalizado, bem como os limites da política eleitoral e da representação programática em tratar destes conteúdos.

2 GÊNERO E RAÇA NOS PROGRAMAS DE GOVERNO: ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO

Os programas de governo em candidaturas presidenciais são documentos formais, construídos por atores partidários ou relacionados às campanhas, que sintetizam o conjunto de preocupações, interesses e propostas que são mobilizados na disputa eleitoral. Além de documentos formais, muitas vezes requeridos no momento da inscrição do candidato, os programas de governo são manifestos que conectam a dimensão prática da política institucional (as eleições e os incentivos da competição por votos) e sua dimensão ideológica (quais intenções e apelos fundamentam, do ponto de vista argumentativo, a conexão entre eleitores e candidatos).

A análise de programas de governo e outros documentos partidários é um tema bastante explorado pela ciência política. No presente trabalho, a abordagem de análise de conteúdo utilizada é descrita em Oliveira (2015). Parte-se da identificação de uma determinada espécie de asserção textual, ou seja, de uma oração ou conjunto de orações que transmitem um sentido previamente mapeado pelos pesquisadores, para uma caracterização ideológica do documento. A presença destas asserções do programa de governo indicam que o tema ou questão ao qual ela se relaciona está sendo politizado, ou seja, é um elemento relevante na caracterização política da candidatura e pode ser mobilizado tanto pelo proponente, quanto por seus adversários, para fins da competição eleitoral. Espera-se, também, que tais asserções tornem-se relevantes para a política pública de um eventual governo, após a eleição do candidato que as realiza (embora este problema mereça investigação empírica própria).

Sendo assim, o conteúdo das asserções programáticas investigadas é especificamente relacionado às questões de politização de temas identitários de gênero e raça. Parte-se da conceituação de Nancy Fraser (2007), reposicionando sua abordagem para fins de análise

III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUCRS 2020

programática. São identificadas três intencionalidades para fins de categorização da política pública: redistributiva, reconhecimento e representação.

A primeira fase da segunda onda feminista, a redistribuição, produziu uma aproximação entre o movimento feminista e a social-democracia. A questão do bem-estar-social estava muito presente na primeira fase, fazendo-se presente a visão do apoio do Estado como um investimento em bem público positivo (OFFE, 1989, p. 281).

A segunda fase trouxe uma visão individualista para se unir ao movimento. Posto isso, e também por conta do momento histórico, houve uma guinada para o encontro com o neoliberalismo. Tal virada cultural, deu início ao desfoque de políticas preocupadas com a questão de desigualdade social, para então, voltar-se ao reconhecimento das diferentes formas de dominação masculina. A autora conceitua este conteúdo como próprio ao reconhecimento.

A última fase da segunda onda do movimento feminista é marcada por uma política de representação transnacional. Assim, houve uma elevação de consciência em relação a como as decisões, mudanças e opiniões públicas ocorridas em um território podem repercutir e impactar as mulheres como um todo, também fora desse local. Portanto, as feministas passaram a enxergar além das suas fronteiras. Para que a representação seja possível, há fundamentalmente uma combinação das outras duas lutas anteriores, a de redistribuição e reconhecimento.

Nancy Fraser propôs uma teoria que abarcasse as pautas feministas de um modo amplo, já que compreende as desigualdades de gênero enquanto culturais e materiais. Neste trabalho, sua análise é repensada na pesquisa para abarcar as questões de raça. As opressões ligadas à raça se conectam às opressões ligadas a gênero. Tanto uma quanto a outra são fundadas e perpetuadas por forças tridimensionais da estrutura social, não podendo a questão racial ser dissociada da questão de gênero. Pensando a partir desta perspectiva, a autora Angela Davis (2016, pág. 41) apresenta “um legado que explicita parâmetros para uma nova condição de mulher”, revelando o caráter interseccional de gênero e raça.

Pensar a representação, sintetizando pautas identitárias e econômicas, para a população negra e indígena, que é alvo histórico do genocídio e da negligência pública, é essencial para a resolução desses problemas convergentes: racismo e sexismo. É indispensável o olhar integrado sobre essas variáveis para uma análise mais apurada dos fatos, Angela diz que “gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante

III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUCRS 2020

para perceber as intersecções entre raça e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas.

Apesar de Nancy Fraser ter constituído os conceitos de redistribuição, reconhecimento e representação pensando resoluções para a desigualdade de gênero, entende-se que é possível ampliá-la dentro da perspectiva racial, uma vez que racismo e sexismo são problemas de ordem estruturais, cultural e materialmente; precisam, portanto, de políticas públicas práticas que visem tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, visando a representação para populações não-brancas.

A presente pesquisa desenvolveu um procedimento de análise de conteúdo para identificar se um determinado programa de governo possui, em seu conteúdo, vinculação com a pauta de gênero e/ou de raça. Além disso, distingue-se esta vinculação em termos de uma visão voltada para redistribuição, reconhecimento ou representação. A estratégia de pesquisa desenvolvida foi a seguinte:

Inicialmente, investigou-se a variável identitária de gênero. Logo nas primeiras análises, pôde-se constatar a necessidade de diferenciar as asserções cujas propostas eram, de fato, relevantes para a investida de diminuir a desigualdade (econômica ou social) entre homens e mulheres, e aquelas que eram apenas parte de um discurso difuso, mas que não necessariamente demonstravam uma posição ou vontade da tomada de decisões que acarretem em mudanças para questões relacionadas à gênero.

Por isso, as questões, tanto de gênero quanto de raça, foram interpretadas, em primeiro lugar, com base na diferenciação de asserção genérica e asserção-proposta. Entende-se como “proposta” todas as declarações nas quais estejam relatadas propositura de políticas públicas, isto é, nas quais haja iniciativas que estejam especificadas, no sentido de proporem uma solução para o problema. Enquanto para a “asserção” estão sendo consideradas frases que, apesar de estarem dentro do programa de governo, não são fortes o bastante para serem classificadas como propostas, são meramente discursivas.

Após feita a primeira classificação, como “asserção” ou “proposta”, é realizada uma segunda classificação entre “redistribuição”, “reconhecimento”, ou “representação”. Essa última é baseada na teoria de Nancy Fraser, porém adaptada e expandida, para possibilitar a criação desses conceitos operacionais para uma investigação qualitativa adequada.

Entende-se, com base nos conceitos formulados, redistribuição como declarações direcionadas para questões fundamentalmente econômicas, que busquem um ressarcimento da

III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUCRS 2020

desigualdade social produzida em decorrência do preconceito ligado às variáveis analisadas, ou seja, sexismo e racismo. Reconhecimento, por sua vez, relaciona-se à questão cultural e, portanto, diz respeito a reconhecer as necessidades e as formas de opressão, relacionadas à gênero e raça, existentes em nossa sociedade. Por fim, a representação é dada como classificação quando uma declaração presente no plano de governo demonstra não apenas a intenção da redistribuição econômica, mas também o reconhecimento consciente das opressões presentes estruturalmente em nossa cultura.

3 GÊNERO E RAÇA NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DO BRASIL E DA ARGENTINA

Para a apresentação da pesquisa nesse artigo, foram escolhidos os países Brasil e Argentina. Serão analisados aqui os dados encontrados nos planos de governo dos dois candidatos que conseguiram mais votos em seus países, ou seja, aqueles que foram para o segundo turno. Posto isso, é importante destacar que não levamos em conta seus posicionamentos na esfera política, se estão mais voltados para direita ou esquerda, mas apenas optamos pelos candidatos finalistas nas últimas eleições.

No Brasil, com 44,87 votos, temos Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), cujo programa de governo se chama O Brasil Feliz De Novo (62 páginas). O vencedor das eleições de 2018 e atual presidente é Jair Bolsonaro, que, com o programa O Caminho da Prosperidade (81 páginas), obteve 55,13 votos. Bolsonaro concorreu pelo o Partido Social Liberal (PSL), do qual recentemente se retirou e tentou, apesar de não ter conseguido até o momento, oficializar a criação do partido Aliança pelo Brasil.

Na Argentina com 40,37 votos, temos Mauricio Macri, do partido Propuesta Republicana (PRO), candidato à reeleição em 2019 com o programa de governo Juntos Por El Cambio (15 páginas). O candidato vencedor foi Alberto Fernández, do Partido Justicialista (PJ), que, com o programa Frente de Todos (27 páginas), obteve 48,1 votos, tornando-se assim, desde 2019, o novo presidente da Argentina.

4 ANÁLISE GÊNERO

Essa parte da pesquisa foi realizada com base na análise de asserções e propostas associadas à gênero e mulheres nos planos de governo acima referidos. As declarações

III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUCRS 2020

encontradas foram, como já comentado, classificadas uma segunda vez. Sendo assim, caso uma declaração, por exemplo, esteja se referindo a uma questão econômica, e seja, em um primeiro momento, classificada como proposta, esta será uma proposta de redistribuição. Para fins de exemplificação, tome-se a frase “Promovemos a abertura de mais creches públicas com o objetivo de possibilitar maior segurança para os filhos de mulheres trabalhadoras pertencentes às camadas populares”. Ela seria classificada como uma proposta da temática de gênero com foco em redistribuição.

Os primeiros dados que serão apresentados neste artigo são os do programa de governo O Brasil Feliz De Novo, do candidato Fernando Haddad. Através dele, foi possível perceber preocupação da candidatura com a desigualdade de gênero. De acordo com os dados quantitativos, pode-se constatar que o programa de governo buscou fazer propostas e não apenas asserções discursivas. O programa apresenta de forma equilibrada asserções e propostas relativas à representação de mulheres, enquanto o foco em redistribuição possui mais propostas do que asserções genéricas.

É interessante analisar o fato do reconhecimento ter muitas asserções e apenas uma única proposta, contrapondo-se aos outros dados. Na verdade, isso não é incomum. Propostas de reconhecimento tendem a ser mais raras nos planos de governos.

Tabela 1 - F. Haddad

Redistribuição	5 Asserções 9 Propostas
Reconhecimento	11 Asserções 1 Propostas
Representação	9 Asserções 8 Propostas

Um exemplo de proposta de reconhecimento no programa de governo de Fernando Haddad é a seguinte:

Recuperaremos também a governança adequada às formulações e implementação de políticas para os direitos humanos, esvaziada pelo governo ilegítimo. Para fortalecer e dar visibilidade à pauta, o governo Haddad recriará, com status de ministério, as pastas de Direitos Humanos, Políticas para as Mulheres e para Promoção da Igualdade Racial, reconhecendo que a igualdade de gêneros e a igualdade racial são traços estruturantes de nosso projeto de democratização da sociedade brasileira (HADDAD, 2018, p. 19).

Classifica-se como esta declaração presente no plano de governo do candidato como “proposta” e não apenas “asserção”, pois assegura uma proposta concreta que objetivará um

III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUCRS 2020

resultado. Por fim, é chamada de “proposta de reconhecimento” devido a sua finalidade, que vem a ser a promoção de reconhecimento ligada à pauta de gênero.

O seguinte programa de governo analisado é O Brasil Feliz De Novo, do atual presidente, Jair Bolsonaro. Como é possível notar através da tabela abaixo, o presidente não faz muitas menções relacionadas à gênero, inclusive, a palavra “mulheres” aparece apenas duas vezes em seu plano de governo.

Tabela 2 - J. Bolsonaro

Redistribuição	0 Asserções 1 Propostas
Reconhecimento	0 Asserções 0 Propostas
Representação	0 Asserções 0 Propostas

A única proposta de redistribuição vinculada à pauta de gênero no programa de governo de Jair Bolsonaro diz respeito à odontologia: “Saúde bucal da gestante. Estabelecer nos programas neonatais em todo o país a visita ao dentista pelas gestantes.” (BOLSONARO, 2018, p. 40). Portanto, a variável gênero não se estabelece como uma questão presente nesse programa de governo.

Passa-se, agora, para a análise dos dois casos analisados da Argentina. Percebe-se que número de páginas dos planos de governo dos candidatos da Argentina é consideravelmente menor que dos candidatos brasileiros. Posto isso, Macri também não menciona tanto questões de gênero, apesar de falar bastante sobre a questão da igualdade, como na passagem:

Creemos también en la igualdad ante la ley, fundamento del Estado democrático de derecho, porque ningún dirigente y ninguna corporación pueden reclamar un trato preferencial. Creemos en una verdadera igualdad de oportunidades, que le permita a cada habitante de la Argentina tomar en libertad las decisiones más importantes de su vida: dónde vivir, cómo desarrollar su vocación, cómo planificar su futuro, cómo participar en política, cómo ejercer su identidad sexual. (MACRI, 2019, p. 3).

Especificamente em relação à desigualdade de gênero, é possível encontrar 3 declarações no programa Juntos Por El Cambio, como é possível visualizar de acordo com a tabela:

Tabela 3 - M. Macri

Redistribuição	0 Asserções 0 Propostas
Reconhecimento	2 Asserções 0 Propostas
Representação	1 Asserções 0 Propostas

III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUCRS 2020

Tome-se o seguinte exemplo de asserção de reconhecimento no programa de governo de Mauricio Macri: “La emergencia de una sociedad con paridad de género es tal vez la novedad política más importante de este tiempo: nos interpela, nos cuestiona y nos obliga a repensar políticas, instituciones y actitudes” (MACRI, 2019, p. 13). Este outro exemplo é de uma asserção de representação: “No se trata de un tema de mujeres, más allá del protagonismo femenino: es un tema de justicia y el Estado debe ser garante de este proceso” (MACRI, 2019, p. 13).

Esses exemplos citação são de asserções, pois esses fragmentos não se fazem concretos o bastante, não demonstram uma solução ou tentativa de mudança, sendo apenas discursivos. O primeiro caso se enquadra como reconhecimento por ser uma declaração onde se reconhece a necessidade de se repensar políticas, instituições e atitudes devido à disparidade de gênero. Quanto ao último exemplo, trata-se de uma asserção de representação, visto que reconhece a problemática da falta de representação de mulheres na sociedade.

Na seguinte tabela foram inseridos os dados do programa Frente de Todos, do atual presidente da Argentina (Fernández).

Tabela 4 - A. Fernández

Redistribuição	1 Asserções 2 Propostas
Reconhecimento	5 Asserções 4 Propostas
Representação	0 Asserções 7 Propostas

Percebe-se que não há nenhuma asserção de representação, mas, em contrapartida, há um número considerável de propostas da mesma. Um exemplo dessa proposta seria: “Impulsa un programa de formación y trabajo para mujeres víctimas de violencia de género, mediante convenios con universidades y organizaciones de la economía popular” (FERNÁNDEZ, 2019, p. 6).

Esta declaração foi classificada como proposta de representação por tratar-se de um fragmento que propõe uma futura medida a ser tomada pelo governo. Tal proposta é formada pela junção de reconhecimento e redistribuição, uma vez que, além de reconhecer a condição de mulheres vítimas de violência de gênero, também oferece uma proposta de viés econômico ao lidar com essas.

III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUCRS 2020

A Tabela número 5 apresenta a soma das declarações encontradas nos programas de governo. Nela, não fizemos distinção entre “asserção” e “proposta”, para que fosse possível uma comparação numérica total.

Tabela 5 - Resultado

CANDIDATOS	Redistribuição	Reconhecimento	Representação	TOTAL
F. Haddad	14	12	17	43
J. Bolsonaro	1	0	1	2
M. Macri	0	2	1	3
A. Fernández	3	9	7	19

É possível perceber uma evidente diferença em relação aos candidatos de cada contexto nacional. Enquanto Haddad e Fernández configuram-se como aqueles que mais se atentam em seus planos de governo às questões relacionadas à gênero, além de usarem as palavras “mulheres” consideráveis vezes, seus antagonistas (Jair Bolsonaro e Maurício Macri), apresentam números totais bem menores. Observa-se, portanto, que a questão de gênero é um tema polêmico nas eleições presidenciais do Brasil e da Argentina, que merece atenção de certos candidatos mas não de todos.

5 ANÁLISE RAÇA

A partir da leitura dos planos de governo foram investigadas asserções programáticas em que pudessem ser identificados fragmentos relacionados a raça. As asserções e propostas encontradas foram classificadas de acordo com as intencionalidades apontadas, ou seja, redistribuição, reconhecimento e representação.

Assim como nos casos relacionados a gênero, o primeiro plano de governo analisado foi do candidato Fernando Haddad. Este plano de governo foi exceção em relação a todos os outros planos analisados, no sentido de dar destaque a questão racial. O candidato não se debruçando sob um discurso puramente assertivo, mas delimita políticas públicas e faz recortes específicos, a fim de contemplar diferentes camadas sociais.

Tabela 6 - F. Haddad

Redistribuição	1 Asserções 0 Propostas
Reconhecimento	6 Asserções 11 Propostas
Representação	7 Asserções 9 Propostas

III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUCRS 2020

Aqui pode-se compreender o papel da representação:

Além disso, o governo promoverá a regularização fundiária dos territórios tradicionais e historicamente ocupados, o reconhecimento e demarcação das terras indígenas e assegurará a titularidade prioritária às mulheres nos lotes dos assentamentos nos programas de reforma agrária. (Haddad, 2018, p.58)

Já em relação ao plano de governo de Jair Bolsonaro há um nítido contraste se colocado em comparação ao de Fernando Haddad. Enquanto o primeiro candidato brasileiro revela certo destaque quanto ao recorte de camadas sociais, no segundo não se reconhece diferenciações sociais, tão pouco diferenciações raciais. Jair Bolsonaro indica a crença na liberdade econômica e expressiva sem especificar a quem se direciona, tão pouco específica caminhos para se alcançar tal liberdade.

Não foram encontradas no plano de governo as palavras “negro”, “branco”, “etnia”, “raça” ou “racismo”. O candidato defende a “liberdade das pessoas e de suas famílias em poder escolher os rumos da vida na contínua busca da felicidade” (Bolsonaro, 2018, p. 7), recorrendo consecutivamente ao uso palavras como “todos”, “pessoas”, “nosso povo”, “todo cidadão”, para se referir a uma coletividade que não especifica as individualidades que a compõem. Jair Bolsonaro, através de um discurso despretensioso, indica não considerar a existência de diferenciações raciais, conseqüentemente indica não considerar a necessidade de idealizar políticas públicas que façam um recorte pensando variáveis que demarquem essas distinções.

Tabela 7 - J. Bolsonaro

Redistribuição	0 Asserções 0 Propostas
Reconhecimento	0 Asserções 0 Propostas
Representação	0 Asserções 0 Propostas

O candidato argentino Mauricio Macri não apresenta dados muito distintos do último caso brasileiro apresentado aqui. Revelando, através de um discurso também despretensioso, se for analisado a partir da perspectiva étnico-racial, não fazer recortes considerando estas variáveis. Isso pode se dar pelo fato de que as variáveis étnico-raciais da Argentina se constroem de um modo distinto ao caso brasileiro, tendo uma população indígena muito mais marcante do que negra. No entanto, falar da relação entre populações indígenas e população branca ainda é falar sobre racismo, condição social essa que é negligenciada pelo plano de governo de Macri.

III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUCRS 2020

Tabela 8 - M. Macri

Redistribuição	0 Asserções 0 Propostas
Reconhecimento	3 Asserções 0 Propostas
Representação	1 Asserções 0 Propostas

Assim como seu conterrâneo argentino, Alberto Fernández demonstra omissão quanto a variável racial na construção de seu plano de governo. As asserções colocadas por Fernández se resumem a discursos progressistas de reconhecimento a diferenças e necessidade de promoção da igualdade, como na seguinte passagem: “Unido a estos procesos, es valiosa la producción que reconoce la necesidad de promover la diversidad y pluralidad cultural y la definición de la comunicación como un derecho humano” (F, 2019, p. 24). Entretanto, o documento não busca especificar as camadas sociais que necessitam desse reconhecimento e dessa desigualdade, tal como não especificam os meios de alcançá-la.

Tabela 9 - A. Fernández

Redistribuição	0 Asserções 0 Propostas
Reconhecimento	3 Asserções 0 Propostas
Representação	0 Asserções 0 Propostas

Quando colocadas em comparação, as tabelas 5 e 10 apresentam a ascensão do tema gênero em relação a variável racial.

Tabela 10 - Resultado

CANDIDATOS	Redistribuição	Reconhecimento	Representação	TOTAL
F. Haddad	1	17	16	34
J. Bolsonaro	0	0	0	0
M. Macri	0	3	1	4
A. Fernández	0	3	0	0

As tabelas, ao posicionar os dados em comparação, apresentam o evidente contraste entre o plano de governo de Fernando Haddad e os outros, reafirmando o caráter omissivo dos planos de governo de Bolsonaro, Macri e Fernández em relação a quaisquer pautas específicas direcionadas a redução de desigualdades étnico-raciais. O fato do discurso progressista estar mais em voga dos últimos anos pra cá explica o porquê de pautas identitárias fazerem parte de um discurso que não propõe práticas efetivas pensando mudanças na conjuntura. Apesar de haver uma diferença expressiva na construção da identidade racial do Brasil e da Argentina, todos os países da América Latina tem como legado histórico a escravidão africana e o

III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUCRS 2020

genocídio da população indígena, seja através do trânsito migratório, seja através do sequestro desses povos. Por esse motivo é surpreendente que, tanto no caso brasileiro de Jair Bolsonaro quanto nos dois casos argentinos, haja uma lacuna entre pautas raciais e proposição de práticas e discursos relacionados ao tempo.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho mostrou não só as possíveis políticas públicas oferecidas por cada plano de governo dentro de um recorte intencional de redistribuição, reconhecimento ou representação, como revelou o espaço de relevância das variáveis analisadas. Foi possível observar que o plano de governo de Fernando Haddad foi exceção em comparação a todos os outros, se destacando tanto em relação à raça quanto em relação ao gênero. O candidato especifica as políticas públicas bem como à quem elas se direcionam, contrastando com Jair Bolsonaro, que prega liberdade econômica e harmonia social à todos, sem explicitar as diferenças que poderiam vir a impedir o alcance desse objetivo para algumas camadas sociais; dando a entender que não há diferenciações sociais na prática.

De Fernando Haddad e Jair Bolsonaro aos candidatos da Argentina, há uma grande diferença em relação ao discurso. Os candidatos argentinos parecem reconhecer a existência de uma desigualdade social relacionada ao gênero, ainda que possam não priorizar a questão, o que não se enquadra quando a variável racial é analisada. Em todos os planos de governo, com exceção de Fernando Haddad, a questão racial está inserida dentro do que é colocado como “desigualdades sociais”, e a busca por igualdade racial é colocada como “proteção às minorias” e “igualdade de oportunidade para todos”. Revelando que não há interesse num recorte objetivo a quem se direcionariam políticas públicas dedicadas à resolução de desigualdades sociais específicas. Entre Alberto Fernández e Mauricio Macri, o primeiro dá amplitude à questão de gênero, enquanto o último a negligência, da mesma forma que ocorre com Fernando Haddad e Jair Bolsonaro, respectivamente. É importante ressaltar que as asserções do plano de governo de Bolsonaro sobre o tema gênero são mais voltadas à segurança da propriedade privada do que às mulheres de fato, conservando seu caráter omissivo em relação às diferenças sociais.

Desse modo, após realizada a análise, conclui-se que houve um ganho de espaço do tema “gênero” na construção de propostas e asserções programáticas, revelando uma certa

III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUCRS 2020

compreensão da desigualdade de gênero enquanto problema. Em contraposição, a escassez de asserções e propostas ligadas a raça revela uma indiferença frente às desigualdades raciais estruturantes das sociedades latino americanas, ainda que essas assimetrias sejam fruto de um prolongado legado escravocrata, o qual marcou essas sociedades, em especial a brasileira.

Constata-se que alguns dos planos de governo, em especial os argentinos, utilizam um discurso progressista de igualdade social sem especificar os grupos a quem essas políticas serão direcionadas, indicando a propagação de um discurso atento aos direitos humanos mesmo que este esteja dissociado de práticas efetivas. Por fim, evidenciou-se, a partir desta pesquisa, diferenças e similaridades, não apenas entre os candidatos e tendências ideológicas desses, mas também entre seus países e suas declarações presentes nos respectivos programas.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRASER, Nancy. *Mapeando a Imaginação Feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação*. Estudos Feministas, Florianópolis, v 12, n 3, p. 295 à 307, maio-agosto, 2007.

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado: Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de. *A ideologia econômica dos presidentes na América Latina: um indicador a partir dos programas de governo eleitorais*. Ind. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 83-98, 2015.

PT. Plano de Governo: O Brasil Feliz De Novo. Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-fernando-haddad.pdf>. Acesso em: 30 out.2020

PSL. O Caminho da Prosperidade: Proposta de Plano de Governo. Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>. Acesso em: 31 out.2020

PJ. Frente de Todos. Plataforma Frente de Todos. Disponível em: <https://www.frentedetodos.org/plataforma>. Acesso em: 4 out.2020

PRO. Cambiemos. Plataforma Electoral Pro. Disponível em: <http://pro.com.ar/plataforma-electoral/>. Acesso em: 31 out.2020